

Referenciação e valores em textos polêmicos

Ananias Agostinho da Silva

Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), Brasil
orcid.org/0000-0001-5442-5133

Mariza Angélica Paiva Brito

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia
Afro-Brasileira (UNILAB), Brasil
orcid.org/0000-0001-5375-5480

Este trabalho busca observar como unidades textuais de natureza verbal são valoradas em processos referenciais e de que forma determinam a orientação argumentativa de textos polêmicos. Parte do pressuposto de que os referentes são recategorizados nos textos conforme as escolhas efetuadas pelos locutores em contextos interacionais para atender a propósitos comunicacionais específicos. Por isso, teoricamente, fundamenta-se na Linguística Textual (CAVALCANTE *et al*, 2020) numa interface com a teoria da argumentação no discurso (AMOSSY, 2017). Para análise, examina uma reportagem jornalística da *Gazeta do Povo* e os comentários reativos a fim de destacar que as recategorizações de referentes são construídas exatamente em função da questão polêmica em curso, o que implica o recurso aos valores axiológicos dos interlocutores.

Palavras-chave: Referenciação. Valores. Polêmica. Argumentação.

Referencia y valores en textos polémicos

Este trabajo busca observar cómo se valoran las unidades textuales de carácter verbal en los procesos referenciales y cómo determinan la orientación argumentativa de los textos polémicos. Parte del supuesto de que los referentes se recategorizan en los textos de acuerdo con las elecciones realizadas por los hablantes en contextos interaccionales para cumplir propósitos comunicacionales específicos. Por tanto, teóricamente se fundamenta en la Lingüística Textual (CAVALCANTE *et al*, 2020) en interfaz con la teoría de la argumentación en el discurso (AMOSSY, 2017). Para el análisis, examina un informe periodístico de *Gazeta do Povo* y los comentarios reactivos para resaltar que las recategorizaciones de referentes se construyen exactamente de acuerdo con el tema controvertido en curso, lo que implica el uso de los valores axiológicos de los interlocutores.

Palabras clave: Referenciación. Valores. Polémica. Argumentación.

Reference and values in controversial texts

This work intends to observe how textual units of a verbal nature are valued in referential processes and how they determine the argumentative orientation of controversial texts. It assumes that referents are recategorized in the texts according to the choices made by the speakers in interactional contexts to respond specific communicational purposes. Therefore, theoretically, it is based on Textual Linguistics (CAVALCANTE *et al*, 2020) in an interface with the theory of argumentation in discourse (AMOSSY, 2017). For analysis, it examines a journalistic report from *Gazeta do Povo* and the reactive comments in order to highlight that the recategorizations of referents are constructed exactly as a result of the ongoing controversial issue, which implies resorting to the axiological values of the interlocutors.

Keywords: Referencing. Values. Controversy. Argumentation.



Introdução

Ao longo da história, a argumentação tem sido estudada a partir de distintas abordagens epistemológicas – filosófica, política, linguística, jurídica etc. Mais recentemente, convém dar relevo à perspectiva teórico-metodológico de Ruth Amossy, que integra a argumentação à análise do discurso assente em conexões com pressupostos da retórica e de estudos interacionistas e enunciativos. Com inspiração na noção bakhtiniana de dialogismo, a autora entende que a argumentação se encontra presente em toda atividade discursiva, o que reclama por uma concepção mais alargada de argumentação, considerada como sendo “a tentativa de modificar, de reorientar, ou mais simplesmente de reforçar, pelos recursos da linguagem, a visão das coisas da parte do alocutário”, como a “tentativa de fazer aderir não somente a uma tese, mas também a modos de pensar, de ver, de sentir” (AMOSSY, 2011, p. 30). Ocorre aqui uma importante constatação de base enunciativa e pragmática, conforme Cavalcante *et al* (2020), a de que nem todo discurso pretende, necessariamente, convencer ou persuadir os interlocutores sobre a validade de uma tese, mas influenciar ou orientar os seus modos de conceber ou de sentir as coisas.

Se a argumentação é constitutiva de todo discurso, como formulou Amossy (2011), é na espessura do texto que ela se manifesta. Cavalcante *et al* (2020) afirmam que é na construção colaborativa de cada texto e nas relações que os textos estabelecem entre si que a argumentação discursiva se evidencia. Nesse sentido, temos assumido que, assim como os discursos, também os textos são todos argumentativos em alguma medida, já que, do ponto de vista configuracional e textual-discursivo, são sempre motivados por uma orientação argumentativa. Esse aspecto dos textos foi muito bem colocado em Adam (2019), ao explicar que a argumentação se revela no nível do discurso (através de crenças ou representações que são construídas) e também no nível da organização pragmática da textualidade (pelas escolhas textuais dos sujeitos para atingir propósitos comunicativos).

De fato, o locutor sempre imprime no texto os seus valores, a sua visão sobre o mundo e a respeito das coisas, independentemente do grau de argumentatividade do texto. Por certo, os discursos sempre são produzidos dentro de uma *doxa*, ou seja, considerando o conjunto de valores, de crenças, de estereótipos, de representações que os interlocutores compartilham, e “fora dos quais todo diálogo se revelaria impossível” (AMOSSY, 2005, p. 123). A inscrição de valores e de posicionamentos axiológicos é condicionada aos objetivos comunicacionais de cada interação, funcionando como estratégia argumentativa na

negociação de sentidos. Em uma dimensão textual, esses valores incidem sobre diversos procedimentos linguísticos através dos quais o locutor imprime a sua marca à enunciação e inscreve no texto o modo como se situa em relação aos seus interlocutores (AMOSSY, 2017). Com efeito, o locutor, visando alcançar interlocutores específicos, procura focalizar o tom valorativo dado a seu texto a partir da seleção de unidades textuais verbais ou não-verbais (PINTO, 2020). Sendo assim, os valores do locutor podem funcionar enquanto estratégias argumentativas que determinam a orientação do texto e influenciam na negociação dos sentidos com os interlocutores e a sua inscrição se dá no nível da textualidade.

Em contextos interacionais assinalados por situações de confronto, o emprego dessas estratégias cumpre relevantes funções discursivas. Em interações desse tipo, o locutor não busca a adesão do seu interlocutor direto, antes, juntos, modelam como um diálogo inconciliável, argumentativamente construído via tentativas de reforço às teses contrárias. Esse empreendimento discursivo é altamente axiológico, já que os valores dos locutores sedimentam suas teses e sustentam os argumentos apresentados. Eles contribuem para que o alvo dessas interações polêmicas, o terceiro, expectador do debate, possa ser alcançado por identificação ou até afinidade com esses valores e, assim, tome posição em relação ao conflito. Toda essa construção se efetiva em textos que disparam, atualizam ou incitam questões polêmicas. Com efeito, categorias do texto podem ser de importância relevada na análise de textos em interações polêmicas.

Particularmente, neste artigo, tratamos da categoria referenciação. Especificamente, buscamos *observar* como unidades textuais de natureza verbal são valoradas em processos referenciais e de que forma *determinam* a orientação argumentativa de textos polêmicos. De modo a atender esse objetivo, acompanhamos Pinto (2020) quando sugere que os referentes são recategorizados nos textos conforme as escolhas efetuadas pelos locutores em contextos interacionais para atender a propósitos comunicacionais específicos. Sendo assim, no caso de textos que instauram a polêmica, defendemos que as (re)valorações de referentes são construídas exatamente em função da questão polêmica em curso, o que implica o recurso às crenças, aos valores, enfim, aos posicionamentos axiológicos dos interlocutores. Além disso, numa polêmica, os valores argumentativos dos locutores envolvidos podem assumir importantes funções discursivas, seja pelo impacto persuasivo, pelo reforço à tese ou ao ponto de vista assumido, porque suscita apelo emocional, pela sensação de pertença a um certo grupo social, dentre outras. Portanto, considerar esses elementos retóricos pode ser uma mais-valia à

compreensão da negociação de sentidos nos textos em contextos de acentuados desacordos e divórcios de opiniões.

1 Argumentação e valores na textualidade

Nos limites desse trabalho, a argumentação é concebida a partir de uma teoria da argumentação no discurso, desenvolvida, especialmente, por Amossy (2018), em estreito diálogo com a Análise do Discurso francesa contemporânea, com a Nova Retórica e com as teorias da enunciação. Nesses contornos, a argumentação é entendida como característica de todo discurso, seja porque todo enunciado é constitutivamente dialógico, o que supõe sempre resposta a um já-dito, seja porque toda enunciação implica influência mútua entre seus participantes. Esse entendimento reclama uma concepção alargada de argumentação, que compreenda não somente os discursos de finalidade persuasiva, mas os diversos tipos de trocas argumentativas que se desenrolam nos mais variados gêneros do discurso. Nesse sentido, a argumentação envolve o conjunto dos meios que determinada instância de locução emprega para agir estrategicamente sobre seus interlocutores (AMOSSY, 2018). Isso pode ocorrer pela tentativa de levar o auditório à adesão a uma tese, mas também quando se busca modificar ou até reforçar um ponto de vista, uma representação, ou, ainda, quando se orienta uma forma de se enxergar ou mesmo de pensar determinado objeto ou questão.

O alargamento da noção de argumentação suscita em todo discurso uma dimensão argumentativa constitutiva, já que, de alguma forma, e independentemente do arranjo da configuração textual, todo discurso sempre compartilha “um ponto de vista, uma forma de reagir a uma situação ou de sentir um estado de fato” (AMOSSY, 2016, p. 174). Todo discurso é sempre produzido dentro de uma *doxa* em dado meio social e, por isso, amiúde, comporta um ponto de vista, um modo de perceber determinado tema ou objeto. Essa noção de dimensão argumentativa difere da ideia de visada argumentativa: os discursos de visada argumentativa são aqueles cuja organização composicional se faz em torno de uma tese, como acontece em gêneros como o artigo de opinião, o editorial, a redação de exame escolar, dentre outros. Afora esses discursos, cujo arranjo distingue-se pela explicitação da tese, por uma forma reconhecidamente persuasiva de argumentar, os demais sempre apresentam uma dimensão argumentativa, a orientação para um ponto de vista que não necessita de ser explicitamente formulado. É, portanto, em vista disso, que a argumentação é tomada em Amossy como sendo própria de todo discurso.

Essa assunção não implica tomar a argumentação como que de forma unívoca em todos os discursos. O funcionamento discursivo da argumentatividade é operado de diferentes maneiras, a depender do gênero, do contrato de comunicação, bem como do tipo de discurso produzido na interação. É nesse sentido que a noção de argumentação em Amossy (2008; 2017) é modular, podendo ser representada como que na perspectiva de um *continuum* em cujas extremidades estão o acordo e o desacordo. O desacordo é verificado na argumentação polêmica e o acordo em deliberações de modalidades argumentativas como a pedagógica, a patêmica, por coconstrução e a demonstrativa. Cada uma dessas modalidades supõe um tipo específico de trocas argumentativas que, atravessando os múltiplos gêneros do discurso, dão contorno ao modelo da argumentação em cada situação de interação. Na tentativa de ilustrar o *continuum*, Cavalcante *et al* (2020) recorrem à metáfora do termômetro para representar os vários modos de argumentar identificados conforme o tipo de interação.

Figura 1 – Modalidades argumentativas



Fonte: Cavalcante *et al* (2020)

No escopo da Linguística Textual, essa proposta tem sido ajustada à dimensão do texto. Temos considerado que a distinção entre visada argumentativa e dimensão argumentativa deveria ser estabelecida com maior precisão no nível textual. A visada argumentativa é identificada sobretudo em função do arranjo configuracional dos textos, isto é, da organização em torno de uma sequência textual argumentativa dominante (ADAM, 2017). Também a dimensão argumentativa se evidencia, sobremaneira, no nível da textualidade, tendo em vista as escolhas textuais que faz o locutor para atingir o seu propósito comunicativo, ou seja, considerando a nomeação dos objetos de discurso, os processos referenciais, as relações intertextuais, a organização tópica, dentre outros aspectos. Assim, preferimos falar em textos de visada argumentativa (textualmente organizados em torno de uma tese) e em textos de dimensão argumentativa. Logo, somente alguns textos

defendem uma tese, mas todos os demais pressupõem o compartilhamento de um ponto de vista, um modo de se conceber as coisas e o mundo.

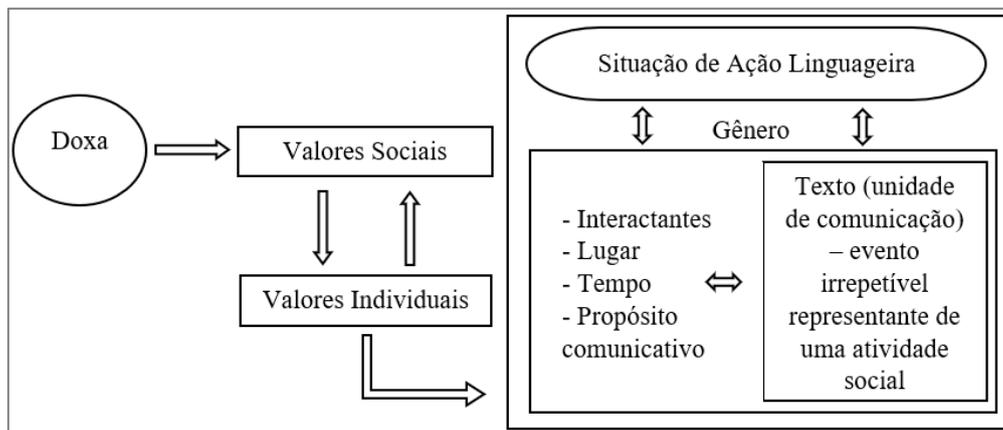
Em todo caso, isto é, quando constroem um arrazoado para a defesa de uma tese ou quando compartilham um ponto de vista, os textos deixam ver posicionamentos quanto a valores. Como lembra Bakhtin (2003), os textos nunca são neutros, mas sempre revelam a apreciação de seus locutores, porque o próprio signo, base de sua constituição, é, por essência, ideológico, é sempre embutido de um índice social de valor. Por natureza, a palavra possui uma carga semântica ideológica que é somada aos próprios valores dos locutores nas interações verbais – é por isso que toda palavra pode adquirir significações diversas. Sendo assim, todo locutor, quando enuncia em um contexto de interação situado, se coloca em relação a crenças e a valores de uma sociedade, os quais se evidenciam na textualidade assente em teses defendidas ou pontos de vista expressos (CAVALCANTE *et al*, 2019). De fato, os valores estão sempre presentes e afetam todas as argumentações, ainda que, em algumas modalidades sejam maiormente evidenciados, como acontece nos textos da modalidade polêmica.

Desse modo, antes mesmo de elaborar arrazoados para influenciar o outro, seja de forma persuasiva ou não, o locutor se posiciona diante de uma *doxa* que está subentendida em seu projeto de dizer (AMOSSY, 2017). Esses valores dóxicos, baseados nas crenças, nas representações, nos estereótipos, enfim, no conjunto de conhecimentos prévios compartilhados em certa sociedade, é que determinam a maneira como o locutor buscará orientar argumentativamente o olhar do outro. Nesse sentido, Perelman e Tyteca (1996, p. 250) observam que “[...] estar de acordo sobre um valor é admitir que um objeto, um ser ou um ideal deve exercer sobre a ação e as disposições sobre a ação uma influência determinada que se pode levar em conta na argumentação”. Com efeito, os valores podem funcionar como estratégias discursivas que conferem aos textos determinada orientação argumentativa de natureza persuasiva (no sentido de gerar adesão às teses defendidas) ou não (quando busca influenciar pontos de vista, maneiras de se conceber um objeto ou uma informação).

Em Perelman e Tyteca (1996), os valores são crenças circunstancialmente situadas em relação ao meio social, ao tempo e ao espaço, o que implica um caráter sociocultural e histórico. O discurso se sujeita a coerções sócio-históricas, se relaciona a um lugar social e a quadros institucionais, a opiniões e a crenças que circulam e possuem validade numa época (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2002), até porque o homem é produto desse meio. Valores são, portanto, como explica Fiorin (2017),

balizas morais que uma dada sociedade, numa dada época, toma enquanto verdades. Eles fundamentam e são reproduzidos nos discursos, mas também são construídos e reatualizados de maneira específica em cada situação de interação, seja em razão dos próprios processos interativos, seja pelo efeito da semiotização do psiquismo de cada indivíduo (PINTO, 2020). Na verdade, conforme essa autora, todo indivíduo (e acrescentamos, por extensão, os seus discursos) se constrói nesse hibridismo: de um lado, pela influência dos pré-construídos, dos constrangimentos sociais, e, de outro, pela tentativa de reconstruí-los, de atualizá-los. Por isso, reconhece dois tipos de valores: os sociais e os individuais, que se traduzem nos textos produzidos a partir de variados recursos textuais, conforme ilustra o esquema na Figura 2.

Figura 2 – Valores sociais e individuais



Fonte: Adaptado de Pinto (2020).

Do esquema, entendemos os valores sociais como constitutivos e representativos da *doxa*, da opinião comum, do saber compartilhado de uma sociedade em determinada época. Esses valores sociais sedimentam valores individuais dos interactantes, tributários dessas representações coletivas, porque são inconscientemente atravessados pela *doxa*, já que estão profundamente imersos nela. Mas o movimento é bidirecional, isto é, por outro lado, ocorre também a (re)atualização desses valores sociais, que passam a ser, de algum jeito, alimentados pelos valores individuais em determinada situação de ação linguageira. O gênero discursivo é o elemento que condiciona a concretização das trocas linguageiras, com restrições que delimitam os papéis dos interactantes envolvidos, bem como aspectos contextuais de dimensão dêitica, além da finalidade comunicativa almejada na interação. Todavia, é no texto que todo esse complexo se evidencia, ou seja, é por meio de aspectos textuais-discursivos que o conjunto dóxico de valores socialmente indexados, assim como os valores individuais relacionados às especificidades de cada indivíduo e da situação de interação são reproduzidos e atualizados (PINTO, 2020).

É, também, através de estratégias de textualização que valores são hierarquizados nos textos e discursos. A maneira pela qual o locutor faz transparecer os valores que dão sustentação à sua argumentação depende substancialmente das escolhas multissemióticas que realiza quando da produção do texto. Para efeito retórico, como lembram Perelman e Tyteca (1996, p. 92), as “hierarquias de valores são, decerto, mais importantes do ponto de vista da estrutura de uma argumentação do que os próprios valores”. Na verdade, toda e qualquer escolha desempenhada no arranjo composicional textual já dá a entender certa ordem valorativa empreendida pelo locutor. Isso assinala para uma concepção de sujeito que temos adotado na Linguística Textual por uma influência da teoria da argumentação no discurso, um sujeito que é involuntariamente constrangido pelo discurso social (*doxa*) no qual está imerso, mas que é também estrategista (CAVALCANTE *et al*, 2020). Dessa maneira, antes mesmo de construir um arrazoado para fazer seu interlocutor aderir a uma tese ou mesmo de influenciá-lo em relação a um ponto de vista, o locutor se inscreve em uma *doxa*, em um conjunto de valores que se encontram subentendidos no seu projeto de dizer e a partir dos quais busca influenciar o outro (AMOSSY, 2005).

2 Polêmica e o diálogo inconciliável

Amossy (2008; 2017; 2018) entende a polêmica como modalidade argumentativa que, diferentemente de outras deliberações, se caracteriza pelo desacordo profundo, pelo confronto intenso de teses antagônicas. A polêmica é discursivamente construída num diálogo inconciliável entre teses antitéticas que são colocadas no discurso pelos seus defensores, que não visam ao convencimento mútuo, mas sim daqueles que assistem à confrontação. A polêmica é encenada numa estrutura actancial em que participantes adversários ocupam certos papéis temáticos no contrato comunicativo frente a uma audiência: *Proponente* (que defende uma tese), *Oponente* (que se opõe à tese do proponente com defesa de tese oposta) e *Terceiro* (que assiste ao debate sem ainda se colocar na disputa). Essa polarização instaura uma fissura entre dois grupos que se excluem mutuamente e que compartilham dos valores sociais de seus representantes (proponente e oponente) na comunicação e, com efeito, das teses defendidas.

Além da dicotomização de teses e da polarização social, segundo Amossy (2017), a modalidade polêmica também se caracteriza pelo uso de manobras de desqualificação do outro. A polarização opera um antagonismo entre dois grupos que, por um lado, afirma a identidade social e, por outro, a desqualificação do adversário. É uma estratégia retórica empregada para desacreditar o discurso do

adversário afetando a sua própria imagem pela difamação e deslegitimação de sua posição na encenação polêmica. Vários procedimentos discursivos e retóricos podem ser mobilizados para operar a desqualificação do outro, tais como a negação, a ironia, a reformulação, a hipérbole, o discurso relatado etc. Esses recursos são muito frequentemente empregados no caso do argumento *ad hominem*, quando se busca prejudicar a própria imagem do adversário ou do grupo que ele representa.

Na comunicação, a modalidade polêmica pode ser estruturada sob a forma de uma interação polêmica ou de um discurso polêmico. Amossy (2017) faz essa distinção a partir de Kerbrat-Orecchioni (1980), para quem a interação polêmica ocorre quando há presença de mais de uma instância de locução na comunicação, uma interação poligerida. Diferentemente, no discurso polêmico há somente uma instância de locução presente, que é responsável pela gerência das fontes de enunciação do discurso – um discurso monogerido. Cavalcante *et al* (2020) operam um deslocamento dessa distinção do nível discursivo para o nível textual, preferindo as expressões *texto monogerido* e *texto poligerido* em correspondência às noções de discurso polêmico e de interação polêmica. Nos textos monogeridos, o locutor consegue controlar estrategicamente o gerenciamento de vozes para instaurar a polêmica – mesmo que o texto seja constitutivamente dialógico e atravessado pelo interdiscurso. Os textos poligeridos são dialogais, pois não há um único locutor responsável por gerenciar as vozes, mas todos podem, considerando os constrangimentos de cada gênero, se inscrever no texto.

De acordo com Silva, Faria e Brito (2020), toda polêmica possui uma demarcação temporal e cultural, isto é, certo acontecimento pode desencadear a polêmica numa dada sociedade, mas ser totalmente ignorado numa outra. Quando surge, pode ser intensamente inflamada, porque se desenvolve em torno de uma questão da atualidade, entretanto, com o tempo, pode ser adormecida. E nisto reside outra característica da polêmica, sua efemeridade. A modalidade polêmica sempre surge em torno de uma questão polêmica, ou seja, de um tema ou de um problema de interesse social que divide opiniões ou pontos de vista numa sociedade, como, por exemplo, a questão da legalização do aborto, do uso indiscriminado de agrotóxicos, do casamento homoafetivo, da maconha, da oficialidade da linguagem não-binária, dentre inúmeros outros. Quando uma polêmica eclode a partir de um acontecimento qualquer, ela atualiza alguma dessas questões polêmicas. Por isso, de acordo com Brito (2018), não é a questão polêmica em si que é efêmera, mas sim sua atualização em um contexto histórico e cultural específico. É em função do acontecimento que disparou a atualização da questão polêmica e gerou uma polêmica que atores sociais perdem o interesse e não pela questão em si.

É por isso que preferimos analisar a polêmica numa dimensão textual, assim como temos pensado a argumentação. Se a polêmica atravessa os gêneros, conforme esclareceu Amossy (2017), é no nível da construção textual que ela deve ser estudada, porque sempre são os textos que disparam e instauram o conflito. Evidentemente, o texto sempre pertence a um gênero que o liga a um lugar social, um quadro discursivo e institucional que impõe restrições à interlocução. Daí que o texto acontece como evento – singular, irrepetível e situado social e historicamente. E é enquanto evento que o texto atualiza a polêmica. Ora, toda vez que uma questão polêmica é atualizada, isso ocorre em função de novo evento, de novo texto, sempre único, mesmo que reiteradamente dialogando com outros textos. Se retomarmos o esquema anteriormente apresentado na figura dois, situaremos a questão polêmica na *doxa*, as teses se encontram nos valores sociais e individuais dos interactantes e grupos que representam e a modalidade polêmica atravessa o gênero e o texto. E, sendo assim, categorias do texto podem ser uma mais-valia na análise da polêmica.

3 Referenciação e a construção de objetos do mundo

A forma como inscrevemos e fazemos referência nos textos às informações e aos conteúdos de que neles tratamos tem sido objeto de investigação na Linguística Textual, sob o rótulo de referenciação. Esse processo da construção de objetos de discurso é altamente dinâmico, posto que a realidade do mundo não é expressa de forma objetiva e estável nos textos, mas é construída conforme as condicionalidades de cada situação de comunicação (CAVALCANTE, 2011). Isso significa que a realidade não é dada *a priori*, ou seja, não se encontra disponível para apenas ser objetivamente representada pela linguagem, como se a língua fosse um mero sistema de mostração de objetos (FIORIN, 2013), de rotulação das coisas do mundo. A linguagem é a forma pela qual percebemos o mundo. É por meio dela que os objetos do mundo ganham sentido para nós, mas não há uma homologia entre a ordem da língua e a ordem do mundo, o que significa dizer que cada língua é uma forma específica de recortar a realidade, de categorizar as coisas, as ações, os sentimentos (FIORIN, 2013). Por isso, um objeto do mundo pode ser representado de maneiras diferentes, a depender da língua, do gênero, do texto e das condições da situação de interação.

Por se tratar de um processo dinâmico, um mesmo objeto de discurso pode sofrer alterações, conforme o modo como é introduzido e como vai sendo retomado ao longo do texto. No percurso do texto, o objeto de discurso vai sofrendo alterações a partir de suas retomadas, seja pela repetição da mesma expressão referencial com algum modificador, pelo emprego de outras expressões referencias equivalentes,

pela conjunção de diferentes porções do texto, pela alusão a um outro objeto de discurso presente em outro contexto ou até pela retomada sem uma menção referencial explícita (CUSTÓDIO FILHO, 2012). Em cada transformação, o objeto de discurso vai sendo recategorizado de modo intersubjetivo pelo locutor e pelo interlocutor do texto a partir dos acréscimos que lhe são adicionados, podendo ser para confirmar qualificações, apresentar reformulações ou até mesmo dar a conhecer possibilidades discordantes de elaboração do referente (CAVALCANTE; CUSTÓDIO FILHO; BRITO, 2014). Trata-se de um constante processo de negociação de sentidos e o trabalho de construção de objetos de discurso é dela resultante, já que a referenciação é sempre uma construção compartilhada (CAVALCANTE, 2012).

Porém, a negociação não implica necessariamente uma construção harmoniosa dos referentes no texto. Mesmo que a atividade de referir se fundamente ontologicamente no princípio da negociação, já que toda interação linguageira se desenvolve mediante a troca intersubjetiva (MONDADA; DUBOIS, 2003), nem sempre há acordo entre interlocutores na construção de referentes. Como observou Custódio Filho (2017), ainda que, em muitas interações, os sujeitos cooperem para a construção de objetos de discurso razoavelmente especificados e comungados, em interações polêmicas, os interlocutores não partilham da mesma perspectiva sobre os referentes mais salientes. Destarte, numa interação polêmica, cada actante imprime inclinações particulares sobre os referentes e recategoriza-os à sua maneira, considerando a tese defendida, a *doxa* de onde encontram seus argumentos, seus valores, estereótipos, enfim, o seu projeto argumentativo. Contudo, ainda assim, acontece uma espécie de negociação entre interlocutores, que, mesmo numa situação de desacordo, necessitam compreender as escolhas e as construções referenciais uns dos outros, ainda que para rejeitá-las (CAVALCANTE *et al*, 2020).

A maneira como os interlocutores realizam as escolhas dos referentes, assim como das transformações que eles sofrem no desenvolver do texto, depende de fatores externos, como as crenças dos interlocutores, os valores, as percepções individuais de mundo etc. (KOCH; ELIAS, 2016). Desse modo, já a seleção de uma unidade verbal ou visual para introdução de um referente em um texto implica uma escolha operada pelo locutor diante do feixe de possibilidades disponíveis. Toda escolha é sempre motivada e sinaliza, mesmo que implicitamente, uma tomada de decisão pelo locutor do texto em função do contexto sócio-político-cultural em que se insere e do propósito comunicativo naquela situação de interação pontual (PINTO, 2020). Logo, é nesse sentido que entendemos as estratégias de referenciação como que matizadas por coerções e normatizações de diversas ordens a que estão

submetidos os sujeitos na construção dos seus discursos e por constrangimentos do próprio contrato comunicativo.

Com efeito, desde a sua introdução no texto, o referente revela um direcionamento argumentativo pretendido, e toda a construção referencial é definidora dessa orientação. É que, no discurso verbal, “sempre que falamos ou escrevemos, escolhemos as palavras que melhor combinam com as nossas intenções e as colocamos em relação com outras palavras, com outros contextos” (CAVALCANTE; CUSTÓDIO FILHO; BRITO, 2014, p. 112). E o mesmo pode ser dito a respeito de outras semioses, já que a inauguração ou as transformações do referente no texto podem se dar mediante a imbricação de múltiplos fatores (verbal e não verbal). Em todo caso, como concluem Cavalcante *et al* (2020, p. 139), “[...] qualquer que seja o olhar que se coloque sobre a construção da referência, a argumentação estará presente”. Sendo assim, se, por um lado, as escolhas arranjadas pelo locutor na construção dos processos referenciais revelam sua subjetividade, seus valores, por outro, determinam a orientação argumentativa do texto e auxiliam o leitor a identificá-la. Portanto, para além de elos coesivos a partir da retomada de referentes, a referenciação também exerce importantes funções argumentativas no texto.

Nesse sentido, e acompanhando Cavalcante, Custódio Filho e Brito (2014, p. 111), em razão da dimensão argumentativa constitutiva dos textos, defendemos que “todos os processos referenciais cumprem uma função eminentemente argumentativa, ou avaliativa” e “outras funções podem se somar a esta, ou ser convocadas a serviço da argumentação”. Dentre as funções que são desempenhadas pelos processos referenciais, e que despontam também enquanto estratégias argumentativas nos textos, destacam-se: evitar a repetição, marcação de efeito polifônico na articulação das vozes do texto, organização de tópicos e de subtópicos na tessitura textual, (des)ambiguação de referentes, manutenção de dado em suspenso, criação de efeitos de humor e a marcação da interdiscursividade. Em todos esses recursos se vislumbra a referenciação como investimento textual na argumentação, que se verifica, como sublinhado por Cavalcante *et al* (2020), não apenas em textos que fazem a defesa explícita de uma tese, mas também no desvelamento de um ponto de vista em textos narrativos, descritivos, dialogais, procedurais, enfim, de gêneros discursivos, os mais variados.

4 Análise: diferentes valores e pontos de vista na polêmica

A recente história do Brasil tem sido fortemente marcada por inúmeros conflitos nos setores econômico, jurídico e político. O golpe de 2016, que culminou

no processo de *impeachment* que destituiu do governo a presidenta Dilma Rousseff, exemplifica a polarização que divide o país. No cenário político, desde as eleições de 2018, sobretudo, foi acentuada a polarização entre partidos de direita e de esquerda, representados, naquele momento, pelos candidatos Jair Messias Bolsonaro (à época, do Partido Social Liberal) e Fernando Haddad (do Partido dos Trabalhadores). O resultado das eleições não arrefeceu os ânimos, mas, ao invés disso, a vitória de Jair Bolsonaro estimulou ainda mais os conflitos políticos em todo o país e reforçou a polarização. Deveras, atualmente, o Brasil está dividido entre apoiadores e adversários do presidente, o que pode ser notado nas várias polêmicas que são atualizadas em acontecimentos os mais diversos, especialmente desencadeados por posicionamentos do governo. Não cessam as polêmicas disparadas pelas declarações de Bolsonaro a respeito de questões polêmicas, como legalização do porte de armas de fogo, do casamento homoafetivo e da maconha.

No início do segundo semestre do ano de 2021, a crise política do Brasil instaurou uma crise também entre os três poderes (executivo, legislativo e judiciário), abalando as bases da democracia do país. Jair Bolsonaro foi acusado de atacar os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) em declarações públicas e de incitar seus apoiadores a também manifestarem ataques e ameaças à corte. Especificamente para o dia sete de setembro, data comemorativa que relembra a declaração de independência do Brasil, em uma rede social digital (*Twitter*), o presidente convidou o povo brasileiro para participar de uma manifestação na Esplanada dos Ministérios, em Brasília. Não bastasse a polêmica envolta desse convite, já que o país ainda vivia em estado de pandemia provocado pela *covid-19*, o que impedia eventos com grandes aglomerações, os manifestantes defenderam o fechamento do STF e do Congresso Nacional. Nesse mesmo tom, ainda que sem menções explícitas, o presidente usou a Constituição para advertir os demais poderes: “ou o chefe desse Poder enquadra os seus ou esse Poder pode sofrer aquilo que não queremos”. Em tom ainda mais ríspido, em outro evento de apoio ao seu governo na Avenida Paulista, Bolsonaro acusou o ministro do Supremo Alexandre de Moraes de opressor do povo brasileiro.

No mês de agosto desse ano, o Tribunal Superior Eleitoral havia solicitado ao STF a abertura de inquérito administrativo para que o presidente da República fosse investigado por críticas dirigidas para o sistema eleitoral brasileiro. A notícia-crime apresentada foi aceita pelo STF e teve exatamente como relator o ministro Alexandre de Moraes, que dispensou apoio à proposta de inquérito administrativo. Depois das declarações do presidente no dia sete de setembro, o ministro Luiz Fux proferiu publicamente declaração de repúdio aos discursos de Bolsonaro. Ao contar do

conhecimento das críticas à corte, manifestas durante os atos comemorativos à independência do país, Fux disse que o desprezo dispensado às decisões do STF, por iniciativa do chefe de qualquer um dos poderes, constituía atentado à democracia e crime de responsabilidade. E ainda alertou o povo brasileiro para que não se enganasse com “narrativas fáceis e messiânicas” de “falsos profetas do patriotismo”, que desconhecem a verdadeira democracia e incitam o povo contra as suas próprias instituições, fazendo alusão a Jair Messias Bolsonaro e ao seu discurso.

O discurso de repúdio proferido pelo ministro do STF e a repercussão midiática e política que se deu a partir dele motivaram o presidente Jair Bolsonaro a recuar quanto às críticas lançadas à corte e ao congresso, numa tentativa de atenuar a crise ateadada entre os poderes no país. Assim, no dia nove de setembro, sob a tutela do ex-presidente Michel Temer, Bolsonaro divulgou nota pública revelando que suas declarações não tinham a intenção clara de agredir ou desrespeitar os demais poderes, mas que o tom incisivo de seu discurso se justificava pelo “calor do momento”. No entanto, se a intenção do presidente era atenuar a crise, provocou efeito colateral entre os seus apoiadores, sobretudo aqueles mais engajados, que dispensaram indignação ao seu recuo. Por outro lado, leais seguidores de Bolsonaro apoiaram a sua iniciativa e entenderam a necessidade de uma mudança de comportamento político para atenuar os conflitos nas relações com os demais poderes. Também oponentes do presidente desconfiaram da mudança de tom no seu discurso, sob a acusação de que razões escusas moviam seu recuo, o que insuflou ainda mais a polarização que divide o país. Logo, em todo caso, os brasileiros encontraram-se divididos quanto aos posicionamentos do presidente no que se refere à crise entre os poderes.

A mídia fez grande especulação desses acontecimentos, sobretudo da atenuação do discurso de Bolsonaro. Nas redes sociais e em jornais digitais, a polêmica foi logo acendida e a participação dos internautas fortemente engajada. Conforme já observou Amossy (2017), a mídia não cessa de difundir e de criar polêmicas sobre numerosos assuntos de interesse público, sob o argumento de cumprir com sua função básica de divulgar informações a respeito dos fatos. Em especial, os jornais da atualidade têm se especializado como suportes de gestão de conflitos, seja através da cobertura de eventos que envolvem a produção de discursos polêmicos ou mesmo quando conseguem incitar a fabricação de polêmicas com os discursos produzidos nos textos de seus mais diversos gêneros. Eles arquitetam disputas polarizadas relativas a ideologias e a valores políticos, religiosos, sociais, econômicos, enfim, originários da *doxa* e que se estabilizam com o engajamento dos internautas, que, por sua vez, encenam a polêmica ocupando lugar

de proponente ou oponente (ou de terceiro). Com efeito, a polêmica passa a existir precisamente porque há sempre uma disputa de valores sociais e individuais assumidos pelos interactantes e que se materializam nos discursos e textos produzidos na e pela mídia.

O jornal brasileiro *Gazeta do Povo* cobriu todos esses acontecimentos envolvendo Bolsonaro em setembro de 2021. Relativamente ao pronunciamento do presidente no dia nove, a versão *online* do jornal publicou a seguinte matéria na seção Diplomacia política, assinada pelo jornalista Rodolfo Costa, conforme a captura de tela apresentada na Figura 3.

Figura 3 – Captura da página *online* do jornal *Gazeta do Povo*



Fonte: Jornal *Gazeta do Povo*

Conforme já havia observado Pinto (2010), sobretudo no caso do domínio jornalístico, o título tem importância relevada na estruturação dos textos, porque funciona como elemento sintetizador que engloba tanto o conteúdo geral do texto que vai ser introduzido e ao mesmo tempo engoda a atenção do leitor para a leitura do texto. No caso, a construção do título sob o formato de uma pergunta, ainda que sem interrogação explícita, mas com a presença dos pronomes interrogativos *o que* e *quais*, provoca no leitor a expectativa para uma explicação ou exposição de motivos à questão colocada.

Desde o título, a polêmica se dá em função das organizações referenciais arquitetadas em torno das palavras selecionadas pelo jornalista. Os referentes *o recuo* e *a crise entre os poderes* já direcionam a orientação argumentativa do texto: o primeiro designa a atitude do presidente como recuo, o que implica em uma avaliação negativa, já que sugere movimento retroativo no enfrentamento aos demais poderes – reflexo de pressões dirigidas a Bolsonaro ou estratégia política para articulação de novas forças. Com o segundo referente, o jornalista assume a existência de uma crise entre os três

poderes, o que pode sugerir desestabilidade ou a falta de expertise do presidente no trato de questões diplomáticas. Logo depois dessas introduções referenciais no título, o texto polemiza exatamente a respeito do provável recuo de Bolsonaro e da crise entre os poderes, orquestrando várias vozes com pontos de vista ou teses que refletem valores divergentes, ainda que se trate de texto monogerido. O recurso e a administração dessas vozes funcionam não somente como argumento de autoridade, mas também como uma estratégia do jornalista para alçar a polêmica dentro do texto, colocando em oposição posicionamentos genuinamente representativos de eixos polarizados.

Duas vozes são acentuadamente convocadas, a do deputado federal Márcio Labre e a do deputado federal Bibó Nunes, ambos do Partido Social Liberal (PSL). Convém lembrar que o PSL foi o partido pelo qual Jair Bolsonaro se elegeu presidente do Brasil, nas eleições de 2018, mas com o qual o presidente rompeu após desentendimentos com Luciano Bivar, o líder do partido, em 2019. Tal rompimento afetou o partido, que, desde então, permaneceu dividido entre duas alas: uma de apoio e outra de oposição ao presidente. Representantes dessas alas são convocados no texto justamente para ilustrar o desacordo entre apoiadores de Bolsonaro em inúmeros itens da agenda política. É o que se verifica nos recortes abaixo:

O deputado Bibó Nunes (PSL-RS), vice-líder do partido na Câmara, entende que o presidente da República tomou um uma decisão correta, mas discorda que seja um recuo. “Ele quer a harmonia entre os poderes, não recuou. É um tom apaziguador, mas sem ceder, tanto que ele fala das divergências em decisões do Alexandre de Moraes”. [...].

Já o deputado Márcio Labre classifica a mudança no tom como recuo e não descartava que isso pudesse acontecer. “Estava preocupado com as 48 horas seguintes. Sabia que seria um divisor de águas e, agora, esse posicionamento de recuo pode ser bom para o país no sentido de entregar 18 meses de relativamente sossego ao governo, mas é negativo politicamente em termos de projeto do conservadorismo no poder” (grifos nossos).

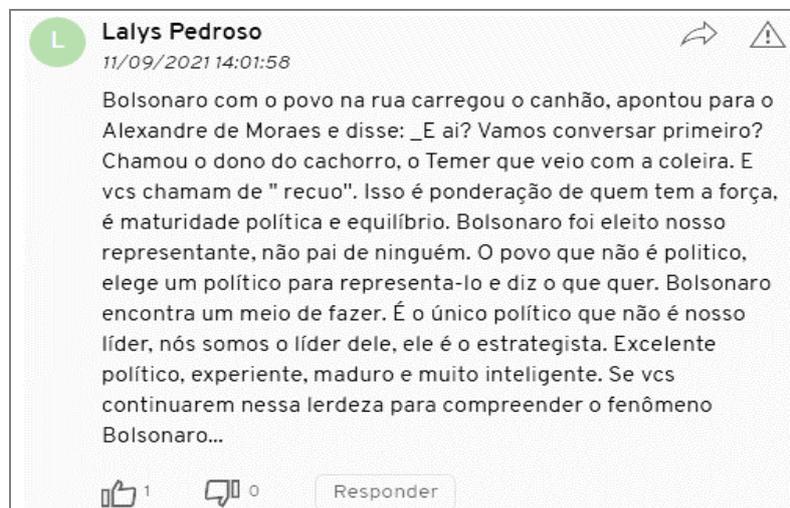
O jornalista imprime uma recategorização anafórica que já prevê o posicionamento de Bibó Nunes quanto à postura do presidente Bolsonaro posteriormente aos atos do dia sete de setembro, *uma decisão correta*, a partir de um arranjo parafrástico no discurso reportado indireto. A decisão é correta na medida em que não se configura como um recuo, mas como *um tom apaziguador*, cuja motivação é a harmonia entre os poderes. O referente *um recuo* é modificado pelo advérbio de negação e recategorizado pela nominalização predicativa *um tom apaziguador*, que dá ao discurso do deputado uma orientação argumentativa favorável ao presidente. No parágrafo seguinte, como que recorrendo à nominalização de Bibó Nunes, e com uma pseudoneutralidade característica da linguagem jornalística, o locutor designa de *mudança de tom* a atenuação do presidente, visivelmente recategorizada por Márcio Labre como *posicionamento de recuo*, o que implica uma orientação argumentativa

desfavorável a Bolsonaro. O texto joga exatamente com esse conflito, colocando em confronto os pontos de vista, ainda que o locutor se posicione claramente, conforme revelam suas escolhas lexicais.

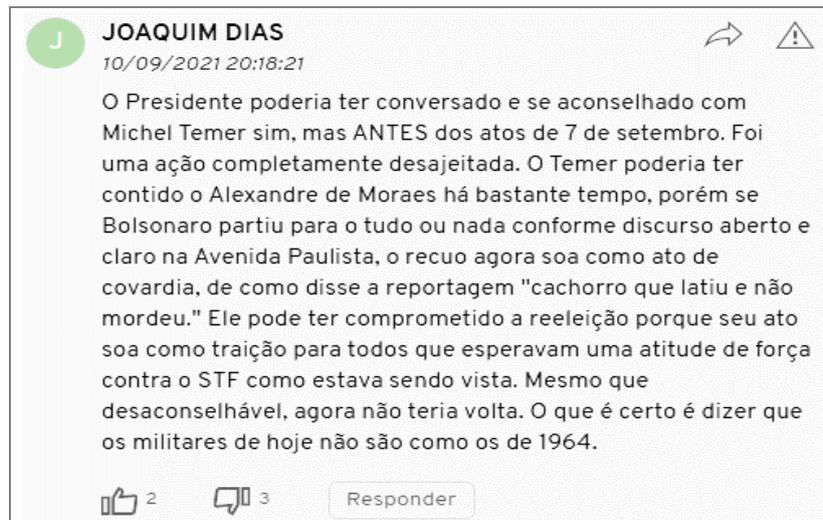
Os posicionamentos dos deputados e do jornalista são motivados por valores sociais e individuais compartilhados com seus apoiadores. Ainda que ambos mantenham uma filiação ideológica com o presidente e os valores assumidos nos quais se assentam seus discursos, politicamente, Bibó Nunes parece colocar a necessidade de pacificação entre os poderes como valor superior a interesses particulares do presidente e de sua base. Numa hierarquia de valores, a paz é quase sempre superior às particularidades de um grupo ou de indivíduo, porque o seu estado de harmonia é imperativo universal. Por outro lado, para Labre, nesse caso, o projeto de conservadorismo político que o presidente representa deve ser reprimido em função de pressões políticas de outros poderes, porque é de interesse dos eleitores que o elegeram. Nessa direção, os referentes *tom apaziguador* e *recuo* materializam os valores sociais dos deputados e de seus grupos políticos e os sentidos que a eles são associados se originam exatamente desses lugares. Ainda que use o referente *recuo*, esses valores não são necessariamente compartilhados pelo jornalista, que atribui um valor axiológico negativo à atitude do presidente.

O engajamento de leitores do jornal foi bastante expressivo em sua página digital. Pelo menos 400 respostas foram publicadas na página do jornal até o final do mês de setembro. Selecionamos algumas dessas postagens a fim de avaliar o funcionamento da referência do objeto de discurso *recuo*. Interessamos demonstrar como os processos verbais balizados pelos valores sociais e individuais dos locutores determinam a orientação argumentativa de seus textos e atualizam a polêmica.

Figura 4 – Comentário em notícia do jornal *Gazeta do Povo*



Fonte: Jornal *Gazeta do Povo*

Figura 5 – Comentário em notícia do jornal *Gazeta do Povo*

Fonte: Jornal *Gazeta do Povo*

Atualizando a polêmica, há, aqui, dois pontos de vista opostos: se o locutor do primeiro comentário busca justificar os empreendimentos do presidente referentes à crise instaurada entre os três poderes, o locutor do segundo comentário rechaça-os sem temperança. Essas leituras diferentes sinalizam textualmente para o lugar de fala de cada locutor, apontando para valores, crenças, ideologias, que vão configurando os pontos de vista gerenciados nos textos. No primeiro comentário, o locutor recorre a uma metáfora para reportar dois dos eventos que desencadearam a polêmica em foco: as manifestações do dia sete de setembro e a conversa de Bolsonaro com Temer. Na metáfora bélica construída, Bolsonaro é associado à imagem de guerreiro, considerando as ações realizadas (*carregou o canhão, apontou*), e Alexandre de Moraes é recategorizado como *cachorro*, numa relação de subordinação a Michel Temer, o seu dono – convém lembrar que, durante o governo Temer (2016-2017), Alexandre ocupou o cargo de Ministro da Justiça e Segurança Pública e que, em 2017, foi indicado pelo próprio Temer para o cargo de Ministro do STF.

A partir de então, a seleção lexical empregada nos processos referenciais insufla uma imagem de expertise política do presidente: *força, maturidade política, equilíbrio* como atributos dos quais dispõe o governo, recategorizado como *nosso representante, o único político que não é nosso líder*, porque é liderado pelo povo. É *estrategista, excelente político, experiente, maduro e muito inteligente*. Toda essa rede referencial é construída no texto a partir dessas anáforas recategorizadoras para argumentar que a nota do presidente não se configura negativamente como um recuo. Inclusive, o referente *recuo* aparece no texto de modo suspenso, entre aspas,

sob o formato de glosa, remetendo a um discurso reportado, que não é assumido pelo locutor.

Em leitura de base psicanalítica a partir de Authier-Revuz, Brito (2010) explica que as aspas são aplicadas num discurso sob vigilância, sob controle, uma espécie de fala mantida em terceiro sentido, indicando uma suspensão de responsabilidade, já que, por meio delas, se manifesta um questionamento do caráter apropriado da palavra ao discurso no qual está sendo utilizada. Emprega-se *recuo* no dizer do outro, do oponente, um dizer questionável do qual o locutor se afasta da responsabilidade, já que nega que se trate, de fato, de um *recuo*, mas sim de uma *ponderação*: o presidente não *recuou* e sim *ponderou* quando emitiu a nota de esclarecimento. A *ponderação*, nesse sentido, condiz exatamente com a imagem projetada para Bolsonaro de político experiente e estrategista, que não age ao acaso, mas sempre de maneira pensada, o que corresponde com valores de conservadorismo do locutor. Portanto, as aspas podem funcionar como estratégias argumentativas no momento em que o seu uso implica em um distanciamento do dizer e também influencia o terceiro em seu modo de ver (BRITO, 2017).

Na tentativa de reforçar o seu ponto de vista, o locutor estabelece um jogo enunciativo entre o *vocês* e o *nós*, ilustrando, assim, a polarização que enseja a polêmica. Além disso, o recurso à primeira pessoa do plural para inscrição do sujeito no texto implica uma sensação de pertencimento a certo grupo social, quer dizer, ao conjunto de pessoas que votaram em Bolsonaro e que encontraram correspondência com os seus valores e sua proposta política. Afirmar a identidade social de um grupo opondo-se a outro, cujo ponto de vista é antagônico, é uma estratégia de exacerbação da polarização: um público diversificado se funde em dois ou mais grupos, que se contrastam e mutualmente se excluem, que compartilham valores que o argumentador considera fundamental (AMOSSY, 2017). Sendo assim, ao estabelecer a divisão entre *vocês* e *nós*, o locutor opera uma manobra de agrupamento por identificação e consolida a identidade do grupo ao qual pertence, com quem compartilha valores relativos à política, aos ideais conservadores, enfim.

Doutro lado, o locutor do segundo comentário, embora também comungue de valores conservadores, não concorda com os posicionamentos do presidente, e recategoriza a nota como uma ação *completamente desajeitada*. E essa nominalização determina a orientação argumentativa do texto, construído a partir da perspectiva daquilo que Bolsonaro poderia ter realizado, donde o emprego do tempo verbal no futuro do pretérito do indicativo. É uma ação *completamente desajeitada*, porque é exatamente um *recuo*, referente recategorizado como *ato de covardia*: a

ação de recuar é uma atitude covarde de Bolsonaro, que não condiz com o que se espera de um presidente com formação militar. Uma atitude de “cachorro que latiu e não mordeu”. Diferentemente do exemplo anterior, as aspas, aqui, ainda que suspendam o discurso, colocando em destaque como recorte de discurso reportado, supõem uma postura de co-responsabilização pelo locutor. Além disso, também de modo distinto do comentário anterior, numa linguagem figurada, é a imagem de Bolsonaro que é associada à figura de cachorro. Malgrado a linguagem da metáfora, a insatisfação do locutor é com o fato do presidente ter supostamente ameaçado descumprir as ordens do STF nas ruas e, depois, recuado por aconselhamento de Michel Temer, sendo essa uma atitude de covardia.

Nos dois textos, o referente *recuo* é recategorizado conforme as escolhas executadas pelos locutores para defender ou se afastar de certos pontos de vista referentes à polêmica encenada. Mesmo que os locutores sejam necessariamente filiados a uma ideologia política conservadora de direita, o que supõe o compartilhamento de um conjunto de valores sociais, eles acabam se distanciando quanto aos pontos de vista defendidos, porque os seus valores individuais são distintos. Dessa maneira, se instaura como que uma disputa entre os valores individuais dos locutores a fim de que o terceiro seja afetado, o que se faz por mecanismos de textualização, como a referenciação. Reforçamos, nesse sentido, a constatação de Brito e Oliveira (2018), de que o modo pelo qual os locutores dispõem os referentes no texto, com introduções e retomadas de forma recategorizadoras, é revelador dos valores individuais e sociais manifestados e com os quais estão profundamente imbrincados.

Considerações finais

Neste trabalho, nós tivemos a intenção de observar como processos referenciais são valorados e determinam a orientação argumentativa dos textos. Para isso, consideramos a argumentatividade como uma dimensão constitutiva dos discursos, que se materializa e se evidencia no nível da textualidade. As escolhas textuais que fazem os sujeitos para atingir os objetivos comunicativos não são contingentes ou acidentais, mas se encontram subordinadas ao modo como eles concebem o mundo. Logo, todo texto, de alguma maneira, tanto na sua produção quanto na interpretação/compreensão, é constrangido pelos valores, estereótipos, representações, crenças, enfim, por tudo que constitui a *doxa* do locutor e dos interlocutores. Isso significa que toda seleção lexical operada pelo locutor para fazer representar um objeto de discurso no texto se faz em função de seus valores sociais

e individuais. Portanto, observar o funcionamento da dimensão axiológica da linguagem nos processos referenciais em textos polêmicos foi nossa intenção.

Esse exame não pode prescindir de algumas decisões metodológicas, como exemplo, o ambiente de circulação dos textos, a modalidade argumentativa, o gênero do discurso, já que, como sabemos, a construção referencial é elaborada em função dos constrangimentos do gênero. No caso desse artigo, analisamos o texto de uma notícia jornalística publicado na versão *online* de um jornal de grande circulação nacional e os comentários reativos a essa notícia. A estrutura actancial do gênero como que chancela a representação de valores diferentes a respeito de um mesmo objeto, já que acontece uma gestão de pontos de vista também diferentes a partir do recurso ao discurso reportado, visando a descrição de um detalhamento mais preciso sobre os fatos. De igual modo, nos comentários, os locutores-internautas são convidados a se posicionarem a respeito da questão tematizada no texto, e o fazem considerando os seus valores.

A partir do exame da polêmica construída (inter)textualmente, verificamos que a forma pela qual os referentes são recategorizados nos textos reflete os seus valores sociais, já que, todo discurso é atravessado pela doxa, porém, sobretudo, os seus valores mais particulares, individuais. No caso dos locutores dos comentários analisados, ainda que se vinculem a uma perspectiva política mais conservadora, de direita, percebem o posicionamento do presidente de modo distinto (reco x tom apaziguador), porque seus valores individuais são abalizados diferentemente. É claro que não se pode dizer que as particularidades de cada um deles não são influenciadas ou até determinadas pelos valores sociais – como já dissemos, o movimento de alimentação é bidirecional. Além disso, não podemos ignorar que, na própria organização política brasileira vigente, há uma fratura que divide os lados extremos (direita e esquerda) em mais ou menos radicais.

Referências

- ADAM, Jean-Michel. **Les Textes: types et prototypes**. Paris: Armand Colin, 2017
- AMOSSY, Ruth. **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. Tradução: Dilson Ferreira da Cruz et al. São Paulo: Contexto, 2005.
- AMOSSY, Ruth. As modalidades argumentativas do discurso. In: LARA, Gláucia Muniz Proença; MACHADO, Ida Lúcia; EMEDIATO, Wander (Orgs.). **Análises do discurso hoje**. v. 1. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008. p. 231-254.

AMOSSY, Ruth. Argumentação e Análise do Discurso: perspectivas teóricas e recortes disciplinares. Tradução: Eduardo Lopes Piris e Moisés Olímpio-Ferreira. **EID&A – Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 1, p. 129-144, jun./nov. 2011.

AMOSSY, Ruth. É possível integrar a argumentação na análise do discurso? Problemas e desafios. **ReVEL**, Edição especial, vol. 14, n. 12, 2016.

AMOSSY, Ruth. **Apologia da polêmica**. Coordenação da tradução: Mônica Magalhães Cavalcante. São Paulo: Contexto, 2017.

AMOSSY, Ruth. **A argumentação no discurso**. Coordenação da tradução: Eduardo Lopes Piris e Moisés Olímpio-Ferreira. São Paulo: Contexto, 2018.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Tradução: Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 261-306.

BRITO, Mariza Angélica Paiva. **Marcas linguísticas da interpretação psicanalítica: heterogeneidades enunciativas e construção da referência**. 2010. 213f. Tese (Doutorado em Linguística) – Departamento de Letras Vernáculas da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2010.

BRITO, Mariza Angélica Paiva. **Atualização da polêmica nos comentários de notícias**. Palestra apresentada por ocasião do Colóquio argumentação e polêmica. Natal, 2018.

BRITO, Mariza Angélica Paiva; CABRAL, Ályna Maria; MORAIS, José Elieudo da Silva. O uso das aspas como um recurso argumentativo. **PERcursos Linguísticos**, Vitória, v. 7, n. 17, 2017, p. 105-120.

BRITO, Mariza Angélica Paiva; OLIVEIRA, Rafael Lima. A construção do referente em uma análise do *pathos* na polêmica. **Organon**, v. 33, p. 01-16, 2018.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães. **Referenciação: sobre coisas ditas e não ditas**. Fortaleza: UFC, 2011.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães. **Os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2012.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães.; CUSTÓDIO FILHO, Valdinar.; BRITO, Mariza Angélica Paiva. **Coerência, referenciação e ensino**. São Paulo: Cortez, 2014.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães *et al.* A negociação persuasiva para a análise da argumentação nos discursos. **Contextos linguísticos**. V. 13, p. 99-116, 2019.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães *et al.* **Linguística Textual e Argumentação**. Campinas: Editora Pontes, 2020a.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2016.

CUSTÓDIO FILHO, Valdinar. Reflexões sobre a recategorização referencial sem menção anafórica. **Linguagem em (Dis)curso**. Tubarão, v. 12, n 3, p. 839-858, set./ dez. 2012.

CUSTÓDIO FILHO, Valdinar. Rediscutindo o princípio de construção negociada dos objetos de discurso. **Revista de Letras**. Fortaleza, v. 2, n. 36, p. 63-77, jul./dez. 2017.

FIORIN, José Luiz. **Figuras de retórica**. São Paulo: Contexto, 2013.

FIORIN, José Luiz. **Argumentação**. São Paulo, SP: Contexto, 2017.

KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. **L'Énonciation**. Paris: Colin, 1980.

KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. **Escrever e argumentar**. São Paulo: Contexto, 2016.

MONDADA, Lorenza; DUBOIS, Daniele. Construção dos objetos de discurso e categorização. In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães; RODRIGUES, Bernadete Biasi; CIULLA, Alena. (Org.). **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003, p. 17-51.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação: a Nova Retórica**. Tradução: Maria Ermantina Galvão. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

PINTO, Rosalice. **Como argumentar e persuadir: prática política, jurídica, jornalística**. Lisboa: Quid Juris, 2010.

PINTO, Rosalice. Valores e referenciação em discursos midiáticos multimodais. In: VITALE, María Alejandra et al (Orgs.). **Estudios sobre discurso y argumentación**. Coimbra: Grácio Editor, 2019. p. 281-299.

SILVA, Ananias Agostinho; FARIA, Maria da Graça Santos; BRITO, Mariza Angélica Paiva. A complexidade textual na dinâmica argumentativa. **Revista Investigações**, Recife, v. 33, n. especial, p. 27- 44, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/INV/index>. Acessado em: 2 out. 2021.